

DOSSIER

HISTORIA(S) DE (LA) EDUCACIÓN SEXUAL: INSTITUCIONES, ACTIVISMOS, SABERES Y PRÁCTICAS

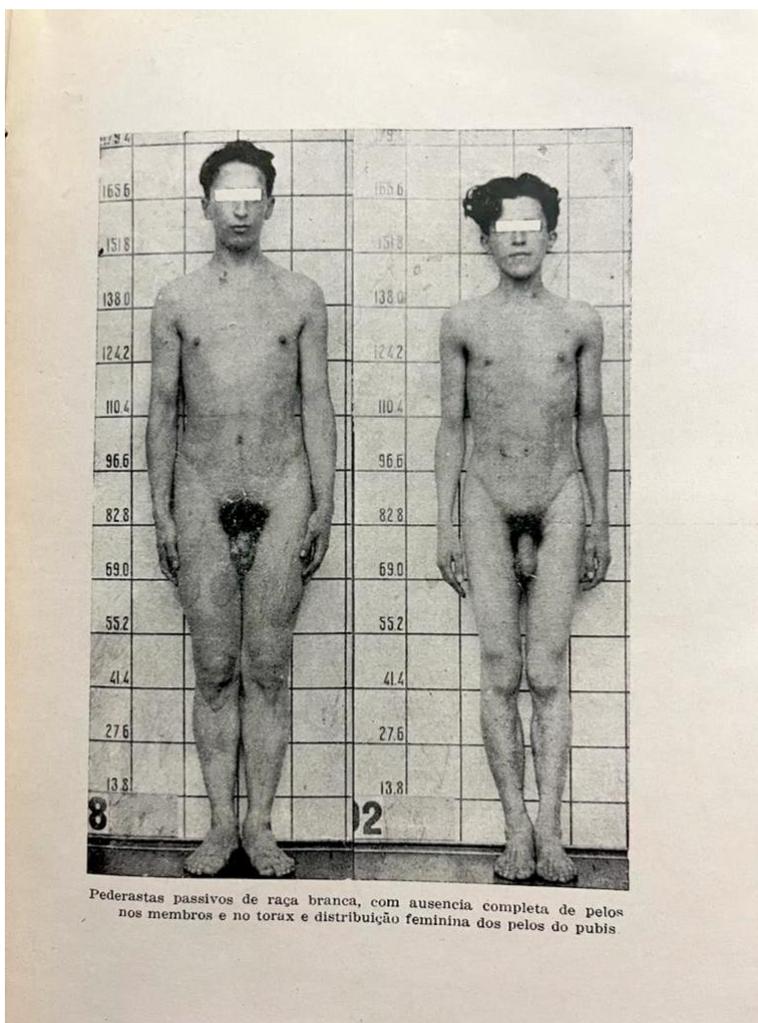


Ilustración del volumen *Homossexualismo e endocrinologia*, de Leonídio Ribeiro. 1938. Cortesía Archivo Arkhé.

**SEXUALIDADE E GÊNERO
COMO TEMA NA FORMAÇÃO DOCENTE:
CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA RECENTE
DO BRASIL
GENDER AND SEXUALITY
AS A TOPIC IN TEACHERS' EDUCATION: REFLECTIONS ON RECENT
BRAZILIAN HISTORY**

Nilson Dinis

Universidade Federal de São Carlos (Brasil)

Docente y profesor titular del Departamento de Educación y del Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Federal de Sao Carlos (Brasil). Doctor en Educación por la Universidad Estadual de Campinas (Brasil).

Contacto: ndinis@ufscar.br

RESUMEN**PALABRAS CLAVE***Género**Sexualidad**Formación docente*

El artículo busca traer algunas consideraciones sobre la forma en que el tema de la sexualidad y el género ha sido trabajado en el campo de la educación en Brasil y también trae reflexiones sobre cómo la historia política reciente del país ha afectado la formación en el campo de la educación, con el surgimiento de un discurso muy conservador, cuya agenda principal han sido los movimientos “Escuela sin Partido” y “Escuela sin ideología de género”.

ABSTRACT**KEYWORDS***Gender**Sexuality**Teachers' Education*

The article seeks to bring some considerations on the way in which the topic of sexuality and gender has been worked in the field of education in Brazil and also reflects on how the recent political history of the country has affected training in the field of education, with the emergence of a very conservative discourse, whose main agenda has been the “School without a Party” and “School without Gender Ideology” movements.

Mesmo conhecendo as regras pretensamente científicas e neutras da escrita acadêmica, assumo neste texto, como posicionamento político, a perspectiva do eu autoral e do relato de minhas experiências e percepções como educador, pois é preciso ressaltar que trabalhar com os estudos de gênero significa reconhecer nossos perspectivismos e questionar as pretensões das narrativas universalizantes ao produzir dados sobre a sociedade e a cultura. Nesse sentido, é importante não só a presença de mais estudos sobre sexualidade e gênero, mas também o reconhecimento de que em toda pesquisa científica há a perspectiva do/a pesquisador/a com suas decisões sobre todos os processos envolvidos na pesquisa, da coleta de dados à análise dos resultados, conforme resalta a educadora e pesquisadora espanhola Rosa Vázquez Recio:

En toda investigación se proyecta la persona que investiga, por tanto, se proyecta quien es, sus miedos, sus inseguridades, sus concepciones sobre la realidad y sobre el género, sus creencias, sus comportamientos sociales y culturales, sus prejuicios, en definitiva, proyecta su marco ideológico que va a incidir de manera directa en cómo lleva al terreno los principios éticos y en las decisiones que tome desde que inicia la investigación hasta que la finaliza para resolver los problemas y las dificultades que se presenten. Todo ello, a su vez, dependiente del contexto en el que se realiza la investigación, no ajeno a toda una serie de condicionantes (políticos, económicos, sociales, ideológicos) (Vázquez Recio, 2014: 15).

Lembro-me da primeira vez em que a sexualidade entrou como tema em minha escola. Era meados dos anos de 1980 e o tema aparecia no capítulo sobre reprodução humana no livro de Ciências da sexta série do ensino fundamental. Era basicamente uma aula sobre fisiologia e anatomia dos órgãos reprodutores seguida de um vídeo que enfatizava de forma paranóide os perigos das doenças sexualmente transmissíveis. Na época não havia a internet e poucos programas de televisão ousavam trazer o tema, assim a educação sexual em nossa adolescência estava restrita aos capítulos sobre reprodução no livro de ciências, às conversas informais com colegas da mesma faixa etária e às revistas pornográficas que eram compartilhadas clandestinamente. Com esse contexto tão adverso vivido no passado, mal sabia eu que décadas mais tarde viria a trabalhar justamente com o tema da sexualidade e gênero no processo de formação docente.

A educadora brasileira Jimena Furlani, que vem há algumas décadas realizando um reconhecido trabalho de formação docente na área da educação sexual no Brasil, resalta alguns dos equívocos na forma com que essa educação sexual era então trabalhada nas escolas. Além de críticas ao uso de uma linguagem sexista, normativa, de um modelo de família

heterocentrada e do binarismo pênis-vagina como modelo para a educação sexual, a autora critica ainda nos livros didáticos o próprio uso do termo “aparelho ou sistema reprodutor”:

Ampliar a visão das crianças e jovens para inclusão curricular de uma sexualidade mais múltipla possível passa por desconstruir a ideia de uma norma sexual atrelada a uma vida reprodutiva. Neste sentido, chamo a atenção para os livros didáticos que, ao tratar o corpo humano, remetem ao “aparelho ou sistema reprodutor”. Sugiro a utilização do termo “aparelho ou sistema sexual” que possibilita a professora ou professor explicar, discutir, relativizar, ampliar o sentido (e implicações) do “sexual”. Essa escolha na forma da linguagem estaria politicamente interessada em um entendimento mais amplo de sexualidade e de vida sexual, e entende os órgãos sexuais, as estruturas internas e externas, os processos de maturação orgânica, a relação que cada um/uma de nós estabelece com o corpo como algo que perpassa toda a vida e não apenas o reprodutivo. Optar em falar “sexual” – e não “reprodutor” – implica conceber a sexualidade numa dimensão prazerosa (de gratificação sentimental e física), onde a procriação deve ser uma consequência e um direito de escolha (Furlani, 2003: 74)

Em *Too Hot to Handle: A Global History of Sex Education*, o educador estadunidense Jonathan Zimmerman (2015) tentou realizar a tarefa ambiciosa de traçar uma panorama da educação sexual em diversos países. Segundo o autor, a educação sexual ainda é uma tema pouco recorrente na área da educação quando vemos do ponto de vista global e tem se alternado em dois principais modelos: o modelo dos países nórdicos europeus e o modelo estadunidense. No primeiro modelo há mais uma ênfase na saúde física e psíquica do indivíduo, no segundo modelo há uma preocupação mais de controle demográfico com os aspectos do controle da reprodução e da disseminação das doenças sexualmente transmissíveis.

No Brasil, durante a maior parte do século XX, a ênfase esteve no segundo modelo. Zimmerman relata, por exemplo, a presença marcante de instituições americanas na promoção de uma educação sexual *a la american way* nos países latinoamericanos. Entre essas instituições destacou-se a atuação da ASHA (American Sexual Health Association) na produção e distribuição para os países latinoamericanos de filmes didáticos que enfatizavam como modelo de educação sexual justamente o controle da reprodução e o perigo das doenças sexualmente transmissíveis.

A primeira versão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados no Brasil nos anos de 1990, mesmo com todas suas limitações históricas e a presença de alguns

aspectos normativos, representou algum avanço histórico na área da educação sexual ao legitimá-la como um dos temas transversais a serem tratados pela escola. Os PCNs deram legitimidade para que docentes pudessem abordar o tema em sala de aula mesmo com a resistência de setores mais conservadores. Um dos volumes dos PCNs tratava da importância da “orientação sexual”, termo que era usado como sinônimo de “educação sexual”. Sendo considerada a partir de então como um tema transversal, a sexualidade não mais se restringia às aulas de Ciências e de Biologia, mas deveria ser tratada em todas as disciplinas da escola, o que exigia uma formação continuada do corpo docente. Atualmente, na maioria dos documentos oficiais da área da educação no Brasil, são utilizados mais os termos “educação sexual” ou “educação afetivo-sexual”, sendo o termo “orientação sexual” usado apenas para designar o direcionamento do afeto no exercício da sexualidade em relação a outro sujeito, a exemplo da homossexualidade, da heterossexualidade, da bissexualidade e outras formas de expressar a sexualidade ou o afeto.

A forma de trabalhar a educação sexual ressaltada pelos PCNs já enfatizava que essa deveria ser abordada por meio de três principais eixos: o corpo: matriz da sexualidade, as relações de gênero e a prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/Aids. O tradicional tópico de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis persistia, devido a sua importância, mas enfatiza-se também a necessidade de

discutir a discriminação social e o preconceito de que são vítimas os portadores do HIV e os doentes de Aids, por intermédio dos direitos de cidadania e da proposição da adoção de valores como a solidariedade, o respeito ao outro e a participação de todos no combate aos preconceitos (Brasil, 1997: 147).

Outro avanço importante foi a idéia de discutir o corpo como matriz da sexualidade e não mais como mero aparato anatômico-fisiológico, como costumava ocorrer nas aulas tradicionais de Ciências ou de Biologia, pois:

corpo é concebido como um todo integrado, de sistemas interligados e inclui emoções, sentimentos, sensações de prazer/desprazer, assim como as transformações nele ocorridas ao longo do tempo. Há que se considerar, portanto, os fatores culturais que intervêm na construção da percepção do corpo, este todo que inclui as dimensões biológica, psicológica e social (Brasil, 1997: 139-140).

Por fim, o eixo “relações de gênero”, enfatizava o caráter histórico cultural de nossas formas de ser homem ou ser mulher. A inclusão do tema relações de gênero nos PCNs tinha “como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação” (Brasil, 1997: 144).

Apesar desses avanços, a sexualidade ainda era pensada nos PCNs como uma etapa do desenvolvimento, principalmente a partir das concepções limitadas da psicologia desenvolvimentista e cognitivista, haja vista a presença da abordagem teórica do pesquisador espanhol César Coll que foi um dos colaboradores e das referências dos PCNs. Minorias sexuais e de gênero também eram um tema ausente nos PCNs. Nos objetivos da proposta mencionava-se apenas o respeito à “diversidade de valores, crenças e comportamentos existentes e relativos à sexualidade, desde que seja garantida a dignidade do ser humano” (Brasil, 1997: 133); ou ainda, “reconhecer como determinações culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas” (idem). Cabia ao/à educador/a a interpretação da necessidade ou não da inclusão do tema a partir da leitura dos objetivos do documento, já que podia interpretá-los apenas como a necessidade de questionar as representações sociais acerca do masculino e do feminino, sem mencionar outras identidades de gênero e práticas sexuais que fossem divergentes da norma binarista heterossexual.

No entanto, o final dos anos de 1990, com a expansão da internet, das redes sociais digitais e também da resistência de diversos movimentos políticos, obrigou a área da educação a rever e a discutir sua posição frente às novas identidades sexuais e de gênero que reivindicavam seu espaço no currículo. Porém, uma maior visibilidade dessas novas identidades sexuais e de gênero no discurso da educação e no discurso da mídia nem sempre tem resultado em uma diminuição dos sintomas de sexismo e LGBTQIAP+fobia¹, pois também não deixou acirrar manifestações contrárias de grupos mais conservadores.

Nesse cenário conservador, as universidades públicas têm se tornado um importante espaço de resistência na medida em que colaboram com o processo de formação docente e próprio corpo discente das universidades parece reconhecer a importância do tema gênero e sexualidade em seu processo de formação. Durante o período da pandemia do coronavírus,

¹ O desafio das novas identidades sexuais e de gênero aparece na própria constituição da linguagem com seu campo de jogos de poder e de resistência, exclusões e inclusões. A sigla LGBTQIAP+, um jogo de letras que aumenta a cada dia a partir de novas lutas, tenta nomear as diferenças produzidas por essas novas identidades que questionam os modos normativos de viver as possibilidades de gênero e sexualidade. Pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e outras diferenças (+) buscam na sigla um abrigo para a expressão de seus modos e políticas de existência e resistência.

realizei uma pesquisa com estudantes de um curso de licenciatura em Pedagogia em uma universidade pública do interior do estado de São Paulo. A pesquisa foi realizada com 66 pessoas que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa e cujos dados de identificação, mesmo os de nome, idade, etnia, gênero e sexualidade, que poderiam ser importantes para a análise, não foram coletados, justamente como forma de preservar o anonimato e a privacidade das pessoas envolvidas na pesquisa, principalmente em um momento crítico e de intolerância política como o que vivemos no Brasil. As pessoas eram convidadas a responder um questionário com diferentes questões sobre sexualidade e gênero e o processo de formação docente na universidade². Devido à extensão do questionário, analisamos a seguir apenas algumas das questões abordadas pelo mesmo.

As primeiras três perguntas do questionário abordavam os seguintes temas: 1) Em algum momento de seu curso na universidade houve a discussão do tema diversidade sexual e de gênero?, 2) Você pensa que este assunto é importante para sua formação?, e 3) Você se sente capaz de trabalhar com o tema da diversidade sexual e de gênero a partir das discussões realizadas na universidade?

Em relação às respostas que foram apresentadas para estas questões, observamos que o tema da diversidade sexual e de gênero foi discutido durante a graduação segundo a opinião de metade do grupo (50%). Entre as pessoas que responderam que o assunto não foi discutido durante o curso (também 50%) estão alguns dos seguintes comentários: “Nenhuma discutiu o tema, apenas foi mencionado superficialmente em algumas disciplinas”, “Praticamente em todas o tema do gênero foi pensado, mas sem ser o foco principal da temática das aulas e ainda sem contemplar a questão da diversidade sexual”, “Discutimos pouco ou quase nada a respeito”, “Não tive discussões aprofundadas sobre o assunto até o momento”.

Em relação a essas respostas, vale a pena ressaltar a importância da continuidade da formação deste tema na área da educação, visto que 50% das respostas ainda consideraram

² Na entrevista "Tráfico Sexual", a antropóloga americana Gayle Rubin (2003) realiza uma conversa instigante com a filósofa americana Judith Butler. A entrevista é uma lição muito sofisticada não apenas sobre estudos de gênero e sexualidade, mas também sobre a metodologia de pesquisa em ciências humanas. Gayle Rubin lembra que "todos os dados são sujos", o que significa que dados não são apenas coisas que estão objetivamente ali para serem encontradas, com significados intrínsecos perfeitamente visíveis. São construídos socialmente e sempre há pontos de vista pessoais que afetam nossas avaliações. Mas também destaca a importância de investigações empíricas com dados em estudos sobre sexualidade e gênero. Quando pensamos, por exemplo, as macropolíticas de gestão pública voltadas a grupos excluídos geralmente há necessidade de dados empíricos para justificar estrategicamente os investimentos.

que não houve a discussão ou que foi superficial. Isso é realçado na segunda questão pelo fato de que todas as pessoas (100%) responderam que consideravam o assunto importante para sua formação. Entre algumas das interessantes justificativas apresentadas estão os seguintes comentários: “Porque as questões de gênero estão presentes em todas as relações interpessoais do nosso dia a dia”; “Porque a educação deve considerar o individuo e não a média para ser bem sucedida, portanto considerar a diversidade”; “Porque no contexto escolar encontram-se crianças e adolescentes que têm o direito de ter acesso à informação adequada acerca deste assunto, levando em consideração a diversidade de sexualidades e de gêneros, além da necessidade de tratar um processo sintomático do preconceito acerca desse tema”; “A começar por entender que os/as próprios/as educadores/as compõem um grupo de diversidade sexual e de gênero. Segundo porque é uma demanda social, está no cotidiano escolar em situações que se encontram na sala de aula numa ofensa ou curiosidade. Está no Plano Político Pedagógico que pode combater opressões a diversidade sexual e de gênero. E isso vai perpassar sem dúvidas as relações docentes de gestão escolar e da escola com as famílias e a comunidade no entorno que podem apresentar também resistência ao tema. Por isso a necessidade de durante a formação docente abordar-se tal temática visando instrumentalizar educadoras e educadores que possam promover um debate de qualidade”; “As instituições educativas vem construindo hierarquias e costumes, tais quais como as expectativas de gênero e sexo, assim com uma visão heteronormativa da história e do mundo. Acredito que isso é um ato destrutivo, devemos entregar chances melhores aos alunos e tentar superar os métodos de ensino que já não atendem as necessidades dessa geração (talvez não atendessem as de outras gerações)”³.

Já na terceira questão, quando perguntado se se sentiam capazes de trabalhar com o tema da diversidade sexual e de gênero a partir das discussões realizadas durante o curso, 80,3% das pessoas afirmaram que não se sentiam capazes. Entre alguns dos críticos comentários estão: “As discussões foram poucas, e as disciplinas com essa temática, normalmente, são optativas e não obrigatórias. Como é uma temática com diversos detalhes e a cada momento surgem novas informações, acredito que deveria ter mais disciplinas abordando essa temática, pois quanto mais diálogo e informação menos ignorância e preconceitos sobre o tema”; “Se for depender do que estudei até o momento, não. A formação, além de ter disciplinas que se repetem em conteúdo ao longo dos 5 anos, deixa a desejar nessa formação atual. Não prepara nem para lidar com alunos do público alvo da educação especial, muito menos para

³ As respostas das pessoas foram transcritas sempre literalmente, inclusive com erros de acentuação, concordância, ortografia e digitação. Por uma questão estética, não ficaremos repetindo a expressão {sic} a cada comentário relatado.

diversidade cultural. Não duvido que ainda teremos um caminho muito longo para mudar esse cenário”; “Sinto uma lacuna sobre o tema nas matérias obrigatórias da grade do curso”; “Sinto que sou mais capaz do que quando entrei, porém ainda não como deveria. Meu medo é somente reproduzir um discurso que é feito repetidamente, mas sem saber como de fato aplicar na prática, pois é assim que aprendemos mais facilmente. Hoje me sinto capaz de falar, porém não de ensinar com experiências”.

Em outra questão, avaliamos a percepção do conservadorismo na sociedade atual em relação ao tema da diversidade sexual e de gênero. Quase que metade das pessoas (48%) pensa que a sociedade está mais liberal. No entanto, a outra metade divide aproximadamente as pessoas que pensam que a sociedade está mais conservadora (24/3%) e as pessoas que pensam que a sociedade permanece exatamente igual (27,3%). Outra questão abordou de forma específica o tema da violência em relação à mulher. A maioria das pessoas considerou que a violência em relação à mulher aumentou (53%), outras pessoas consideraram que a violência permaneceu igual (37/9%) e apenas 9, 1% da amostra considerou que este tipo de violência tem diminuído.

O contexto atual do Brasil talvez possa explicar esta percepção do conservadorismo e da violência em relação à mulher. No cenário político brasileiro a percepção do avanço do conservadorismo tem se acirrado principalmente a partir de acontecimentos recentes da história do país, como o golpe que levou ao impedimento do mandato da primeira mulher a ocupar o cargo de presidenta, Dilma Rousseff, cujo impedimento se deu em 2016, e à nomeação de seu vice Michel Temer para exercício do mandato presidencial no lugar da presidenta; a eleição do presidente Bolsonaro no fim de 2018, defendendo bandeiras explicitamente conservadoras; a eclosão da epidemia do coronavírus no ano de 2020, provocando mais desigualdade econômico-social; e também o fortalecimento de movimentos como o *Escola sem Partido* e o *Escola sem ideologia de gênero*.

O movimento intitulado *Escola sem Partido* é um movimento no Brasil que se diz representante das famílias dos/as estudantes em defesa do que chamavam de “uma educação escolar neutra”. Este movimento tem resultado em várias tentativas de estabelecer projetos de lei nos níveis federal, estadual e municipal limitando a atuação de docentes em sala de aula, como forma de impedir que docentes possam compartilhar com estudantes seus valores, suas visões de mundo e comentários sobre aspectos políticos do país. O *Escola sem Partido*, como movimento, foi criado em 2004, pelo advogado paulista Miguel Nagib. Entre os motivos de sua organização, os membros do movimento apontaram uma preocupação com o que chamavam de “grau de

contaminação político-ideológica das escolas brasileiras”. Segundo o site organizado pelo movimento,

É uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior. A pretexto de transmitir aos alunos uma ‘visão crítica’ da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo (Nagib, 2021 : n.p) .

Além da preocupação paranóide com o espectro político do que denominavam como sendo a tentativa de ideologias de esquerda em formar futuras/os militantes, outra mudança proposta pelo movimento *Escola sem Partido* diz respeito justamente ao que chamavam de combate à presença da “ideologia de gênero” nas escolas. Com isso diziam tentar combater a presença de qualquer atividade educacional ou cultural na educação básica que utilizasse termos como gênero ou orientação sexual. Parecem compartilhar a pressuposição de que estudantes são indivíduos facilmente influenciáveis e incapazes de refletir sobre tudo aquilo que a/o docente ensina em sala de aula. Do ponto de vista pedagógico parece um retorno a uma concepção empirista de que estudantes são uma espécie de “folha em branco” e que formam uma audiência passiva, que pode ser doutrinação e influenciada facilmente por docentes a seguir determinada orientação política ou ideológica.

Em 2016, houve no Brasil vários protestos de estudantes e docentes que se manifestaram contra as tentativas de implementação dos projetos de lei defendidos pelo movimento *Escola sem Partido*, que ficaram conhecidos como "Lei da Mordaza". Grupos de estudantes secundaristas e universitários ocuparam instituições de ensino no protesto. O assunto voltou a ser tema de mobilização durante os debates das eleições brasileiras em 2018.

Já em relação às políticas de gênero, no ano de 2017, o Brasil tornou-se notícia nos principais jornais de circulação mundial devido aos protestos contrários à participação da filósofa americana Judith Butler no evento “Os fins da democracia”, realizado na unidade do SESC Pompeia, em São Paulo, em 7 de novembro de 2017, fazendo com fossem realizadas petições com assinaturas via internet contra a realização do evento. Judith Butler passou a ser identificada no Brasil como a bruxa filósofa promotora da ideologia de gênero, o que revela um profundo desconhecimento sobre a complexidade dos vários temas que envolvem sua obra.

Acredita-se que uma das primeiras vezes na qual o termo “ideologia de gênero” ocorreu foi em 1998, em uma nota emitida pela *Conferência Episcopal do Peru*, intitulada “Ideologia de gênero: seus perigos e alcances”. No artigo “A invenção da ‘ideologia de gênero’: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero”, o educador brasileiro Rogério Diniz Junqueira (2018) realiza uma análise bastante detalhada e cuidadosa sobre a emergência do termo, sendo o artigo uma excelente fonte de pesquisa sobre o contexto histórico e político no qual a igreja católica empreendeu uma “cruzada” na defesa do modelo heteronormativo de constituição das famílias contra todas as políticas contemporâneas de gênero e sexualidade.

Desde seu surgimento, a expressão “ideologia de gênero” carrega um sentido pejorativo e negativo e se opõe ao que academicamente chamamos de “estudos de gênero e sexualidade”. Por meio dela, setores mais conservadores, principalmente conservadores religiosos católicos e evangélicos, protestam contra as atividades que buscam falar sobre a questão de gênero e assuntos relacionados com a sexualidade nas escolas. As pessoas que concordam com o sentido negativo empregado no termo “ideologia de gênero” geralmente temem que, ao falar sobre as questões mencionadas, a escola vá se posicionar contra os valores tradicionais da concepção de família heteronormativa, ferindo o direito individual das famílias de preservarem seus/suas filhos/as da discussão dos temas de gênero e sexualidade, além do medo de que a discussão dos temas vá induzir crianças e adolescentes a serem homossexuais ou transexuais.

Em seu artigo “O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo”, a psicanalista e educadora canadense Deborah Britzman analisou de forma cuidadosa os três mitos que geralmente prevalecem neste tipo de compreensão normativa das diferenças sexuais e de gênero:

Em primeiro lugar, para um número significativo de heterossexuais que imaginam sua identidade sexual como ‘normal’ e ‘natural’, existe o medo de que a mera menção da homossexualidade vá encorajar práticas homossexuais e vá fazer com que os/as jovens se juntem às comunidades gays e lésbicas. A idéia é que as informações e as pessoas que as transmitem agem com a finalidade de ‘recrutar’ jovens inocentes. [...] Mas esse mito sustenta o pressuposto associado de que, sem o conhecimento dessas comunidades, fica garantido que o/a estudante decidirá que é melhor ser heterossexual do que viver o estereótipo solitário do homossexual isolado. [...]

Um segundo tipo de mito diz respeito à fantasia de que os/as adolescentes são demasiado jovens para serem identificados/as como gays ou lésbicas ou à ilusão de que os/as adolescentes identificados/as com qualquer um dos tipos de conduta sexual não estejam já envolvidos em relações plasmadas por formas gays e lésbicas de sociabilidade. [...]

Um terceiro tipo de mito pressupõe que as identidades sexuais são separadas e privadas: os saberes sobre a homossexualidade e os saberes sobre a heterossexualidade são posicionados como se eles não tivessem nada a ver um com o outro. O pressuposto é o de que a ignorância sobre a homossexualidade não tem nada a ver com a ignorância sobre a heterossexualidade. [...] Além disso, a insistência de que a sexualidade deva estar confinada à esfera privada reduz a sexualidade às nossas específicas práticas sexuais individuais, impedindo que concebamos a sexualidade como sendo definida no espaço social mais amplo, através de categorias e fronteiras sociais (Britzman, 1996:79-80).

No Brasil, o termo “ideologia de gênero” ficou famoso quando o *Ministério da Educação* buscou incluir a educação sexual, o combate às discriminações e a discussão da diversidade de gênero e orientações sexuais no *Plano Nacional de Educação*, em 2014. Os últimos dois pontos, no entanto, geraram uma grande reação por parte de grupos conservadores, que não consideravam as pautas apropriadas ao ambiente escolar e o projeto foi barrado. Após muitos protestos por parte da população, liderada por grupos religiosos conservadores e pelo movimento *Escola sem Partido*, o *Plano Nacional de Educação* foi aprovado, mas sem fazer menção aos termos gênero e orientação sexual.

Nas eleições presidenciais de 2018, o termo voltou à tona com as diversas acusações que o então candidato Jair Bolsonaro fazia ao que chamava de “kit gay”, nome pejorativo dado ao projeto “Escola sem Homofobia”. Com isso visava atacar seu adversário, Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), que foi Ministro da Educação entre os anos entre 2005 e 2012, durante os governos do presidente Luiz Inácio Lula de Silva e, posteriormente, da presidenta Dilma Rousseff. A força da bancada religiosa conservadora já ficara bastante visível durante o ano de 2011, quando Fernando Haddad ainda era ministro da Educação. O Ministério da Educação, em consonância com as propostas do Programa *Brasil sem Homofobia*, criado durante o governo Lula, produziu uma série de materiais didáticos que seriam distribuídos aos/às docentes das escolas públicas, com o objetivo de combater o preconceito e a discriminação contra as minorias sexuais e de gênero. Na dissertação de mestrado “O kit anti-homofobia e os discursos sobre diversidade sexual”, a educadora brasileira Renata Pamplona (2012) realizou uma excelente análise sobre esse material didático e as polêmicas que o envolveram. A bancada religiosa no congresso reagiu contra e conseguiu fazer a presidenta Dilma Rousseff suspender a iniciativa do

Ministério da Educação, ao chantageá-la, ameaçando convocar para uma audiência no Congresso o então ministro chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, que fora acusado de corrupção.

No entanto, a concessão da presidenta, ao cancelar o projeto educacional, não salvou nem o ministro da Casa Civil, que terminou pedindo demissão devido à pressão da imprensa, que reivindicava uma investigação do caso, nem impediu o posterior impedimento do exercício de mandato da própria presidenta, que se viu cada vez mais acuada pelas reivindicações das bancadas conservadoras da Câmara e do Senado. Parte da imprensa também colaborou para a rejeição com que o material didático foi recebido pela opinião pública, ao nomeá-lo pejorativamente como “kit gay”, passando a idéia de que os livros e os vídeos produzidos como materiais didáticos buscavam “converter” as pessoas em homossexuais e de que violavam o direito individual das pessoas e das igrejas de criticarem a homossexualidade.

O argumento da violação do direito de criticar a homossexualidade e de expressar crenças religiosas contra as diferenças sexuais e de gênero também tem sido o forte argumento utilizado por congressistas e por parte da mídia para se posicionar contra a aprovação de leis que criminalizem a homofobia, a lesbofobia e a transfobia no Brasil. Contrariando o conservadorismo dos poderes executivo e legislativo no Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu em maio de 2011 o direito à união civil para casais homossexuais e em outubro de 2011 o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu o direito ao casamento civil. Mesmo assim, casais homossexuais ainda são às vezes submetidos a constrangimento ao buscar seus direitos, já que alguns cartórios e mesmo juízes têm recusado a decisão do STF e do STJ alegando incompatibilidade constitucional.

Em virtude de tal adversidade, o então deputado federal Jean Wyllys, que era do partido PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), também ativista das causas LGBTQIAP+, que foi deputado federal entre os anos de 2010 a 2018, buscou durante seu mandato a aprovação de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que transformaria o direito ao casamento civil das pessoas homossexuais em lei, o que evitaria os equívocos de interpretação por parte de cartórios e membros do judiciário. No entanto, a proposta do deputado sofreu forte oposição da maioria do congresso e o parlamentar passou a sofrer fortes ameaças de morte, levando-o inclusive a renunciar ao seu terceiro mandato no início de 2019 e auto exilar-se do país.

Em 2018, o Brasil foi também notícia internacional de denúncia de violência devido ao assassinato, na cidade do Rio de Janeiro, da vereadora Marielle Franco, conhecida por seu ativismo político na área de direitos humanos no combate ao racismo e no apoio aos

movimentos feminista e LGBTQIAP+. Recentemente vereadoras e deputadas trans eleitas pelas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro também registraram boletins de ocorrência e requisitaram medidas protetivas por parte do Estado, devido a ameaças de morte advindas de grupos LGBTQIAP+fóbicos e conservadores.

Os acontecimentos trágicos recentes na história política e educacional de nosso país, como a fúria inquisitorial da política conservadora e reacionária dos movimentos “Escola sem partido” e “Escola sem ideologia de gênero” parecem ser movidos pelos sentimentos generalizados de pânico moral e perseguição política, esses acontecimentos nos fazem recordar o período dos governos de ditadura militar no Brasil e também o período machartista na história dos Estados Unidos⁴. Havia repressão e perseguição a tudo que fosse associado de forma paranóica a idéias comunistas. As pessoas denunciadas e acusadas geralmente pertenciam ao serviço público, à área educação, à área da indústria do entretenimento e aos sindicatos.

No novo macarthismo brasileiro, percebemos durante os anos do governo Bolsonaro (2019-2022), marchas de pessoas que protestavam em buzinações de caravanas de automóveis ou gritando nos microfones do congresso em nome dos valores da família, da pátria e da religião, fazendo com que o estado se tornasse refém de valores identitários patrimonialistas, que expressavam muito bem uma política na qual a máquina pública era apropriada para que os interesses privados de determinados grupos econômicos prevalecessem sobre interesses públicos, tais como o acesso gratuito à saúde e à educação e aos direitos de cidadania de grupos socialmente excluídos. Se antes os movimentos feministas e os movimentos LGBTQIAP+ lutavam contra a invisibilidade de suas pautas, agora a situação se invertia e torna-se ainda mais crítica, pois não tratava-se mais da invisibilidade, mas de grupos que se tornaram alvos visíveis de tentativas de controle, criminalização e repressão por parte do estado, e de violência física e psicológica no espaço privado.

Durante o período de confinamento na eclosão da epidemia do coronavírus aumentaram as denúncias dos casos de violência doméstica tendo como vítimas preferenciais mulheres e também pessoas LGBTQIAP+. A possibilidade de ser alvo de violência aumentou muito mais quando foi associado o fator etnia-raça, pois o racismo vem também

⁴ Joseph Raymond McCarthy (1908-1957) foi um político americano, membro do Partido Republicano, nos Estados Unidos. McCarthy foi senador pelo estado de Wisconsin, entre 1947 e 1957. Tornou-se conhecido por afirmar em um discurso que tinha uma lista dos membros do Partido Comunista e dos membros de uma rede de espionagem, empregados dentro do governo americano. Sua atitude passou a dar nome aos movimentos conservadores de perseguição e delação de pessoas associadas com idéias socialistas ou comunistas.

associado aos casos de machismo e LGBTQIAP+fobia. Por outro lado, em vários municípios brasileiros continuam tentativas de implementação de projetos de lei que proíbam a discussão de temas de gênero e sexualidade na educação básica, prevendo inclusive punições a docentes que abordem tais temas em sala de aula. Em alguns sites da internet, senhores e senhoras partidários do macarthismo à brasileira, além disso, instruem e incentivam estudantes a registrar com seus telefones celulares a presença de tais temas em sala de aula, como forma de denúncia. O invisível tornou-se visível, o que nos lembra de tudo que aprendemos com os filósofos Michel Foucault e suas análises do poder disciplinar, e Gilles Deleuze, com suas análises da sociedade de controle.

No ano de 2023 houve o retorno do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, à presidência da República. No entanto, a maioria do novo congresso eleito é ainda composta por uma forte bancada da direita conservadora. Persiste também um clima de hostilidade e de ressentimento entre as pessoas no Brasil, já que a diferença entre o candidato eleito e o candidato conservador foi de menos de 2 por cento. Em 8 de janeiro de 2023, após a posse do presidente Lula, houve uma organizada invasão de conservadores de direita ao Congresso Nacional com atos de violência e depredação do patrimônio público. O grupo, favorável ao ex-governo Bolsonaro, questionava o resultado das eleições que ocorreram no fim de 2022 e demandava apoio do exército brasileiro a um golpe de estado contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Temos como configuração histórica do momento atual no Brasil uma sociedade mais ou menos dividida pela metade, uma parte clama pelos valores conservadores em nome da família tradicional e das igrejas cristãs e contra as políticas voltadas ao feminismo e aos grupos LGBTQIAP+, outra clama por mudanças na busca de menos desigualdades econômico-sociais e mais processos de inclusão. Em uma sociedade tão dividida, nunca o trabalho na área da educação teve tanta importância, pois como educador também acredito que podemos produzir alguma resistência. Ao longo das últimas décadas temos trabalhado muito na área da educação para que pessoas brancas e heterossexuais tenham mais consciência dos mecanismos opressivos do racismo, do sexismo e da LGBTQIAP+fobia, tantos dos mecanismos mais explícitos como dos mais sutis. Neste foco, talvez tenhamos descuidado um pouco e esquecido que se esse trabalho foi muito importante, paralelamente a isso, teríamos também que continuar a conversar com as novas gerações de mulheres, de pessoas negras, de pessoas indígenas e de pessoas LGBTQIAP+ sobre essas violências, pois o ex-presidente Bolsonaro não foi eleito só com o voto das pessoas brancas e heterossexuais.

As novas gerações precisam conhecer e valorizar mais o pouco de liberdade política que foi conquistada com o trabalho das gerações anteriores e aqui cabe o trabalho político da

educação. Contra as “cruzadas santas” em nome da religião, da pátria e dos interesses da família própria, talvez possamos resistir nos unindo mais com as encruzilhadas e intersecções dos movimentos periféricos dos grupos negros, indígenas, feministas e LGBTQIAP+ e buscando uma agenda em comum contra a violência da hegemonia de uma sociedade patriarcal heteronormativa branca para nos fortalecermos ainda mais e seguirmos resistindo como educadoras e educadores, nas encruzilhadas da existência e resistência, enquanto atravessamos este momento difícil de nossa história no Brasil.

Neste sentido, nessas primeiras décadas do XXI no Brasil, a popularização que tem acontecido no espaço de formação das universidades das provocações trazidas para a área da educação pelo aumento dos estudos da *teoria queer*, da *teoria quare* e da *teoria crip* têm ajudado a pensar melhor essas encruzilhadas e intersecções como novas estratégias políticas. Uma dessas provocações vem justamente do filósofo espanhol queer Paul B. Preciado que parece retomar a premissa dos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari que afirmavam que o desejo é sempre revolucionário. Segundo Preciado:

O processo de denúncia e visibilização da violência que estamos vivendo faz parte de uma revolução sexual, que é certamente lenta e tortuosa, mas também imparável. O feminismo queer situou a transformação epistemológica como condição de possibilidade de uma mudança social. Tratava-se de questionar a epistemologia binária e naturalizada afirmando diante dela uma multiplicidade irreduzível de sexos, gêneros e sexualidades. Entendemos que hoje, a transformação libidinal é tão importante quanto a transformação epistemológica: é preciso modificar o desejo. É preciso aprender a desejar a liberdade sexual (Preciado, 2020 : 315)

REFERÊNCIAS

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

Britzman, Deborah. “O que é essa coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo”, *Revista Educação e Realidade*, v. 21, n.1, p. 71-96, 1996. Disponible en: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71644/40637> Fecha de consulta: 13/03/2023.

Furlani, Jimena. “Educação sexual: Possibilidades didáticas”, en Guacira Lopes Louro; Jane Felipe Neckel y Silvana Vilodre Goellner (ed.). *Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

Junqueira, Rogério Diniz. “A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero”, *Revista Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018. Disponible en: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso Fecha de consulta: 13/03/2023.

Nagib, Miguel. *Escola sem partido*. Disponible en: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos/> Fecha de consulta: 30/06/2021.

Pamplona, Renata Silva. *O kit anti-homofobia e os discursos sobre diversidade sexual*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

Preciado, Paul B. *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Rubin, Gayle; Butler, Judith. (2003). “Tráfico sexual – entrevista”, *Cadernos Pagu*, n. 21, p. 57–209, 2003. Disponible en: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/JMKFStf5gzxRdzkMLrmHWLQ/?format=pdf&lang=pt> Fecha de consulta: 13/03/2023.

Vázquez Recio, Rosa. “Research, Gender, and Ethics: A Necessary Triad for Change”, *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, v. 15, n. 2, p.1-20, 2014. Disponible

en: <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/2150/3666> Fecha de consulta: 13/03/2023.

Zimmerman, Jonathan, *Too Hot to Handle: A Global History of Sex Education*. Princeton: Princeton University Press, 2015.